

O conteúdo do "pacote"

Economia Brasil

por Sidnei Basile
de São Paulo

O governo já montou vários "pacotes" econômicos para enfrentar a crise. Agora acredita estar montando o "pacote" que atacará basicamente as causas estruturais do déficit público. A Seplan vem estudando cuidadosamente, ao longo das últimas semanas, um conjunto de medidas que prevêem uma drástica redução dos subsídios e um profundo corte nas despesas de custeio das empresas estatais.

Como era de esperar, o caminho das soluções passa por grandes sacrifícios: aumento dos preços de derivados de petróleo, trigo e açúcar e redução dos subsídios ao crédito agrícola (com eventual compensação nos VBC). E esses aumentos de preços não serão incluídos no INPC; portanto, não serão incorpora-

dos aos reajustes salariais. Os cortes nas estatais terão natureza diversa dos que foram feitos até hoje. Os déficits das estatais foram, em geral, enfrentados ou com aumentos de tarifas (o que era permitido pela situação de virtual monopólio no mercado) ou com cortes nos investimentos. Desta vez o processo de reajuste será mais doloroso, porque deverão ser feitos cortes no custeio, ou seja, basicamente na rubrica de pessoal, através de aumentos de salários inferiores à inflação ou através do corte do número de empregados. O governo acredita, segundo fontes consultadas por este jornal, que não lhe resta outra alternativa, e está seguro de que eles apresentarão um grande alívio para o setor privado, que até agora bancava praticamente sozinho o peso do ajustamento. Um ponto positivo do relativo enfraque-

cimento que as estatais enfrentam neste momento é de agora o governo poder atuar sobre elas com menores resistências.

E raciocínio do ministro Delfim Netto, da Seplan, que o governo brasileiro está mostrando aos banqueiros e instituições internacionais que tem condições de propiciar uma rápida recuperação em suas contas externas, sendo a melhor evidência disso os dois últimos meses, com superávits comerciais superiores a US\$ 500 milhões cada um e um terceiro saldo, para este mês, de grandeza semelhante. Estimativas preliminares da Seplan indicam um excedente comercial de US\$ 600 milhões — se não for prejudicado pela lentidão dos embarques no porto de Santos, provocada por mau tempo.

Na frente interna, o governo não consegue mostrar nem à sociedade, nem aos banqueiros, nem a si próprio um resultado semelhante. Logo nos primeiros três meses da vigência dos compromissos assumidos com o FMI, o governo provou que não consegue controlar os seus próprios gastos — ainda que, se o déficit público for considerado em ORTN, e não em cruzeiros, segundo a Seplan, o Brasil estaria dentro dos parâmetros do Fundo. O que mostra também, segundo o governo, que parte significativa da divergência com o Fundo é de natureza metodológica.

Como as novas consultas ao FMI não redundaram numa mudança de critérios dessa instituição, o País terá de fazer os ajustes com os quais o governo se comprometeu. E terá de fazer isso sob plena vigência de um regime de transição democrática, o que significa dores de cabeça adicionais

para os formuladores da política econômica.

O acordo PDS-PTB para a mudança do Decreto-lei nº 2.012 trouxe como contrapeso na nova proposta um aumento nos encargos trabalhistas para a efetivação de demissões que, segundo prevêem fontes da Seplan, provocará um aumento do desemprego muito forte durante os quarenta dias anteriores à votação do projeto de lei.

O ministro Delfim Netto encontrou-se, há um mês, com o governador Tancredo Neves, de Minas Gerais, que tem, segundo fontes da Seplan, 75 mil funcionários além do que precisa para administrar eficazmente seu estado. E avistou-se com o governador Franco Montoro, que está tendo de gerenciar as agressivas reivindicações salariais dos funcionários públicos paulistas. Ambos estão fazendo o que, pela ótica do governo federal, todos os homens públicos terão de fazer no Brasil de hoje: reduzir o déficit e melhorar a competência do serviço público.